



Bloco de Esquerda

## Contas de 2012: os números escondidos de Rui Rio

A coligação PSD/CDS-PP que há quase doze anos dirige a Câmara do Porto é exemplar a concretizar a definição de alguns de que *“A política é a arte de levar as pessoas a acreditarem em fantasias, sejam quais forem os factos”*

Uma formidável (e muito bem paga) máquina de propaganda conseguiu passar para o país a imagem duma gestão rigorosa dos dinheiros públicos pelo executivo de Rui Rio. É um dos embustes do nosso tempo.

O Executivo do PSD e CDS-PP realça o Resultado Líquido do exercício de 2012: 2,9 milhões de euros (pág.86 do Relatório). Em 2011 foi de 9,4 milhões. E há dez anos atrás, em 2002, tinha sido 4,7 milhões de euros. Mas os Resultados Operacionais (diferença entre ganhos e perdas operacionais) foram **negativos** (em 9,2 milhões de euros) e assim este número foi posto na sombra.

A receita obtida em 2012 diminuiu 21 milhões de euros face a 2011 (de 192 para 171 milhões). E aplicando a nível local a “receita” desastrosa da troika, a coligação de direita cortou, ... mas no investimento.

Sem investimento, uma cidade fica condenada ao declínio económico, social e cultural. Em 2002 o investimento municipal foi de 84,5 milhões, aquando do Euro2004 ultrapassou os 100 milhões, em 2005 já só foi de 67,3 milhões, em 2009 caiu para 43 milhões, em 2011 ainda baixou mais (para 38,8) e em 2012 ficou-se pelos 25,5 milhões de euros, uma quebra de quase 70% em dez anos...

A dívida bancária (médio e longo prazo) era em 2002 de 117 milhões de euros. Agora, dez anos depois, ainda é superior a 102 milhões de euros. E há ainda os compromissos financeiros **não evidenciados** no balanço do município: a dívida de 24,5 milhões de euros ainda relacionada com o assalto imobiliário ao Parque da Cidade e a dívida de 1,7 milhões à Metro do Porto pelos trabalhos executados na Av<sup>a</sup> da Boavista. E falta ainda a referência a quase 1 milhão de euros de dívida à STCP pela remoção da via férrea de tração elétrica junto ao edifício Transparente. Estes números são postos na sombra. E as contas, essas não são transparentes nem certas...

Contra a ideia tão difundida do rigor das contas do Executivo PSD/CDS-PP, o Bloco de Esquerda continua a exigir o cumprimento do nº 2 do artigo 49º da Lei nº 169/99 *“apreciação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais, e respectiva avaliação”*. Em todas as assembleias municipais do país este ponto é inscrito na ordem de trabalhos do mês de Abril. Mas não é assim no município do Porto. Desde que a coligação de direita PSD/CSD-PP dirige a Câmara do Porto, há quase doze anos, **não há prestação de contas à cidade sobre o património municipal**.

**Quantos edifícios e terrenos municipais foram já vendidos? Em que foram utilizados os mais de 100 milhões de euros obtidos nas vendas ao desbarato do património da cidade? Qual é a situação patrimonial e financeira dos Fundos de Investimento Imobiliário para onde o Executivo transferiu em 2006 prédios no valor de 45 milhões de euros?**

Nesta cidade, há gente distraída. Mas até o revisor oficial de contas insiste, como em anos anteriores, em manifestar **Reservas** na Certificação Legal das Contas, quanto aos saldos dos bens de domínio público e terrenos (inventariação). Não há qualquer razão técnica que possa justificar esta falta de transparência na gestão municipal, numa Câmara com 2.570 funcionários. Só pode haver uma explicação, e essa é de ordem política: **a coligação PSD/CDS-PP quer continuar a esconder a transferência do património imobiliário que pertencia à cidade e que agora está noutras mãos, nas de promotores imobiliários privados**.

Já sabemos que desde 2002 os ativos imobiliários diminuíram brutalmente (num montante nunca explicitado). Mas há uma outra herança da governação de direita, para além da dívida bancária assumida (102 milhões de euros): a dos passivos ocultos (mais de 27 milhões de euros). Para tapar o buraco nas contas e como restam apenas 8 milhões de euros para atingir o limite máximo de endividamento bancário, percebe-se que a coligação PSD/CDS-PP queira agora tirar 10 milhões de euros (em numerário) às Águas do Porto, através da diminuição do seu capital social de 90 para 80 milhões de euros. Esta espécie de assalto aos cofres duma empresa municipal parece ser a versão local do “ir ao pote” de que falava Passos Coelho nas últimas eleições ...

A coligação PSD/CDS-PP também escondeu à cidade as contas sobre o gasto do município na reabilitação dos bairros municipais. Fez passar a ideia de que as obras nas habitações municipais assentaram no esforço financeiro da autarquia. Enganou a cidade, já que mais de metade do custo final foi suportado pelo Orçamento do Estado: no processo de reabilitação de **5.300 + 4.700 fogos** ao abrigo do programa Prohabita, o IHRU participou com 28,3 milhões de euros (a fundo perdido) e o município do Porto utilizou **apenas 17,8 milhões de euros de capitais próprios**, tendo contraído empréstimos à banca num valor superior a 17 milhões de euros, a amortizar nos próximos 20 anos.

Nas próximas eleições autárquicas uma das mais importantes batalhas a travar no Porto é pelo rigor e transparência nas contas do município. E também pela democracia local, pelo cumprimento das obrigações legais (apresentação do inventário de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais)

O BE/Porto exige CONTAS CLARAS e CONTAS CERTAS. O BE/Porto vai votar contra as contas de 2012 do Executivo PSD/CDS-PP